



AGENDA LEGISLATIVA

14 A 18 DE JULHO DE 2025

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PLEN – PLENÁRIO / Plenário da Câmara dos Deputados

Segunda-feira (14/07), 18h00

REQ 4955/2024 - Requer regime de urgência para a apreciação do Projeto de Lei nº 9348/2017, que “acrescenta dispositivo à Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), para determinar ALERTA IMEDIATO em caso de desaparecimento de criança ou adolescente pelas empresas de telefonia e sites de redes sociais (Âmber Brasileiro).” Item nº 4.

Autor: Kim Kataguiri (UNIÃO/SP)

Relator: Pendente

REQ 1785/2025 - Nos termos do art. 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro regime de urgência na apreciação do Projeto de Lei nº 2.628/2022, de autoria do Senador Alessandro Vieira que “Dispõe sobre a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais”. Item nº 11.

Autor: Laura Carneiro (PSD/RJ)

PLP 41/2019 - Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, e a Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para dispor sobre critérios objetivos, metas de desempenho e procedimentos para concessão, alteração e avaliação periódica dos impactos econômico-sociais dos incentivos ou benefícios de natureza tributária, financeira ou creditícia para pessoas jurídicas dos quais decorram diminuição de receita ou aumento de despesa, em cumprimento ao disposto no § 4º do art. 4º da Emenda Constitucional nº 109, de 15 de março de 2021, e dá outras providências. Item nº 15.

Explicação: estabelece mecanismos de aferição dos impactos causados por incentivos ou benefícios de natureza tributária, financeira, fiscal ou patrimonial concedidas a contribuinte, bem como para prever a divulgação da lista de beneficiários dos incentivos ou benefícios, com os respectivos valores aproveitados.

Autor: Esperidião Amin (PP/SC)

Relator: Aguinaldo Ribeiro (PP/PB)

Parecer: Pendente

PL 847/2025 - Altera a Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007, que dispõe sobre o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), para aprimorar a destinação de recursos do Fundo. Item nº 27.

Autor: Jaques Wagner (PT/BA)

Relator: André Figueiredo (PDT/CE)

Parecer: Pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa deste, e no mérito, pela aprovação.

PL 6461/2019 - Institui o Estatuto do Aprendiz e dá outras providências. Item nº 33.

Autor: André de Paula (PSD/PE)

Relator: Flávia Moraes (PDT/GO)

Parecer: Pela aprovação, na forma do Substitutivo anexo, deste, do PL 3464/2021 e das Emendas nºs 3 a 8, 10 a 12, 14 a 20, 22, 23, 25, 27 a 48, 50, 53, 55, 57 a 70, 72 a 88, 90 a 95, 98, 99 e 102 a 104, e pela rejeição dos demais apensados e das demais Emendas.

Segunda-feira (17/07)

CE - COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

Reunião Técnica - Tema: PLDO 2026

Terça-feira (15/07)

CPD - COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA / Anexo II, Plenário 13, 14h00

PL 4346/2024 - Institui o Selo Empresa Inclusiva e dá outras providências. Item nº 22.

Explicação: Traz como incentivo, redução do IRPJ e prioridade em licitações

Autor: Duarte Jr. (PSB/MA)

Relator: Pedro Campos (PSB/PE)

Parecer: Pela aprovação.

CASP - COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO / Anexo II, Plenário 08, 14h00

PLP 157/2024 - Regulamenta o § 3º do artigo 37 da Constituição Federal, cria o Estatuto da Participação Social e dá outras providências. Item nº 10.

Explicação: Prevê o desenvolvimento de plataformas digitais acessíveis que permitam a participação sem a necessidade de múltiplos acessos ou cadastros além de determinar ao Poder Público a implementação de políticas de inclusão digital que garantam: (i) a disponibilização de equipamentos e acesso à internet de qualidade em áreas carentes para assegurar acesso universal; (ii) programas de capacitação digital para a população, garantindo que todos possam e saibam utilizar ferramentas tecnológicas para participação; e (iii) a implementação de centros comunitários com acesso a equipamentos e à internet, com apoio técnico, promovendo inclusão social e digital.

Autor: Carla Ayres (PT/SC)

Relator: Duda Ramos (MDB/RR)

Parecer: Pela aprovação deste, na forma do Substitutivo.

PL 2556/2021 - Cria mecanismos para impedir que pessoas que estejam sob medidas cautelares ou condenadas por crimes de violência doméstica, contra crianças e adolescentes e contra idosos não possam tomar posse em cargos públicos, nem contratar com a Administração Pública Direta e Indireta. Item nº 15.

Autor: Gonzaga Patriota (PSB/PE)

Relator: Delegada Ione (AVANTE/MG)

Parecer: Pela aprovação deste, dos PLs 3210/2021, 165/2023, 718/2023, 866/2023, 874/2023, 986/2023, 2564/2023, 2641/2023, 2948/2023, 3326/2023, 549/2024, e 140/2025, apensados, na forma do Substitutivo.

CICS - COMISSÃO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS / Anexo II, Plenário 05, 14h30

REQ 19/2025 - Requer a inclusão de convidado em audiência pública, para debater sobre a atualização de tabela do Sistema Tributário Simples Nacional. Item nº 1.

Convidado:

- Representante Técnico da Fecomércio/RS.

Autor: Any Ortiz (CIDADANIA/RS)

CCJC - COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA / Anexo II, Plenário 01, 14h30

PL 2133/2023 - Altera a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para inserir dispositivos para instituir o Sistema de Compra Instantânea (Cix). Item nº 6.

Explicação: "O Sistema trata da aquisição, por meio de credenciamento em mercado fluido, de bens padronizados e previamente selecionados pela Administração Pública"

Autor: Dr. Daniel Soranz (PSD/RJ)

Relator: Laura Carneiro (PSD/RJ)

Parecer: Pela aprovação da Redação Final.

PEC 42/2024 - Acrescenta o inciso VI ao art. 51 da Constituição Federal, para estabelecer competência privativa à Câmara dos Deputados relativa à fiscalização das atividades das agências reguladoras. Item nº 25.

Explicação: Prevê ampliação dos poderes da Câmara dos Deputados para acompanhar e fiscalizar as atividades e atos normativos das agências reguladoras por meio de suas comissões. Além disso, permite que a Câmara fixe prazos para

que essas agências adotem providências necessárias ao cumprimento da lei. Caso sejam identificadas condutas ilícitas dolosas, por ação ou omissão, essas deverão ser encaminhadas ao Ministério Público (MPU), à Advocacia-Geral da União (AGU) e ao Tribunal de Contas da União (TCU), para que promovam a responsabilização administrativa, civil ou criminal dos infratores.

Autor: Danilo Forte (UNIÃO/CE)

Relator: Dr. Victor Linhalis (PODE/ES)

Parecer: Pela admissibilidade.

PL 1329/2024 - Altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, para dispor sobre a obrigatoriedade de publicidade e fundamentação, sob pena de nulidade, de ordem judicial que determine tornar indisponível conteúdo publicado ou suspensão de perfil ou usuário sob alegação de violação relacionada à liberdade de expressão em redes sociais, e dá outras providências. Item nº 48.

Explicação: Determina a nulidade de ordem judicial que determine ou oriente ao provedor de aplicações de internet a assumir como sua, sob alegação de violação de termo ou contrato ou qualquer outra razão ou argumento, a responsabilidade para tornar indisponível conteúdo publicado ou suspensão de perfil ou usuário. Além disso, estabelece que a ordem judicial deverá estar sempre motivada, com razões de fato e de direito que a sustentem, e pública, sob pena de nulidade.

Autor: Alberto Fraga (PL/DF)

Relator: Carlos Jordy (PL/RJ)

Parecer: Pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação deste, na forma do Substitutivo da Comissão de Comunicação (CCOM), com subemenda substitutiva.

Quarta-feira (16/07)

CDU, CME, CSAUDE & CVT – COMISSÕES DE DESENVOLVIMENTO URBANO; DE MINAS E ENERGIA; DE SAÚDE; E DE VIAÇÃO E TRANSPORTES / Anexo II, Plenário 14, 09h00

Audiência Pública Conjunta - Tema: Discutir mecanismos de fortalecimento das Agências Reguladoras.

Convidados:

- Veronica Sánchez da Cruz Rios, diretora-presidente da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA);
- Adriano Pinto de Miranda, diretor-presidente substituto da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac);
- Representante da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel);
- Representante da Agência Nacional de Mineração (ANM);
- Fernando Wandscheer de Moura Alves, diretor técnico da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP);
- Carla de Figueiredo Soares, diretora-presidente interina da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS);
- Cristiana Camarate, conselheira-substituta da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel);
- Flávia Takafashi, diretora da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ);
- Representante da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT); e
- Representante da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

PL 1087/2025 - COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DA REFORMA DO IMPOSTO DE RENDA / Anexo II, Plenário 02, 09h00

PL 1087/2025 - Altera a legislação do imposto sobre a renda para instituir a redução do imposto devido nas bases de cálculo mensal e anual e a tributação mínima para as pessoas físicas que auferem altas rendas, e dá outras providências. Item nº 1.

Explicação: Dentre outros, institui, a partir de janeiro do ano-calendário de 2026, nova hipótese de incidência sobre altas rendas, mediante a aplicação do imposto sobre a renda das pessoas físicas mínimo IRPFM. Além disso, estabelece que a alíquota do IRPFM será de: (i) 10% para rendimento bruto superior a R\$ 1,2 milhão; e (ii) crescente linearmente, de 0% a 10% para rendimento bruto entre R\$ 600 mil e R\$ 1,2 milhão.

Autor: Poder Executivo

Relator: Arthur Lira (PP/AL)

Parecer: Pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa; pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo.

CFT - COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO / Anexo II, Plenário 04, 09h30

Mesa Redonda - Tema: Impactos à economia brasileira com o aumento das tarifas dos EUA.

Convidados:

- Guilherme Mello, secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda;

- Representante da Confederação Nacional da Indústria (CNI);
- Representante do Fórum das Centrais Sindicais;
- Representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA);
- Representante do Instituto Aço Brasil;
- Representante da Associação Brasileira do Alumínio (Abal); e
- Representante da Embaixada dos Estados Unidos da América

CDE - COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO / Anexo II, Plenário 05, 10h00

PL 4819/2019 - Altera as Leis nº 9.279, de 1996, nº 5.648, de 1970, e nº 10.180, de 2001, para tornar mais eficiente o processo de exame de pedido de patente pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI. Item nº 4.

Autor: Pastor Gil (PL/MA)

Relator: Vitor Lippi (PSDB/SP)

Parecer: Pela aprovação deste, com Substitutivo.

CDC - COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR / Anexo II, Plenário 08, 10h00

PL 2537/2019 - Obriga o aviso sobre o reconhecimento facial em estabelecimentos comerciais. Item nº 6.

Autor: Juninho do Pneu (UNIÃO/RJ)

Relator: Nilto Tatto (PT/SP)

Parecer: Pela aprovação com substitutivo.

CE - COMISSÃO DE EDUCAÇÃO / Anexo II, Plenário 10, 10h00

PL 2176/2023 - Altera a Lei n.º 9.394 de 20 de dezembro de 1996 para incluir o ensino profissionalizante e os cursos preparatórios para vestibular como modalidades do ensino integral. Item nº 13.

Autor: Rubens Pereira Júnior (PT/MA)

Relator: Prof. Reginaldo Veras (PV/DF)

Parecer: Pela rejeição.

PL 2357/2024 - Institui o Programa Juventude Digital como Política Pública Nacional, visando à capacitação de jovens, prioritariamente aqueles provenientes da rede pública de ensino, em competências tecnológicas demandadas pelo mercado de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), com o objetivo de potencializar oportunidades de emprego e renda para esse público. Item nº 34.

Explicação: Institui Programa, com as seguintes diretrizes: (i) oferecer cursos e treinamentos em áreas como programação, desenvolvimento de software, redes de computadores, segurança da informação, análise de dados, entre outras competências relevantes para o mercado de TIC; (ii) priorizar a participação de jovens provenientes de escolas públicas, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade social; (iii) promover a inclusão de jovens de todas as regiões do país, com especial atenção para áreas com menor acesso a oportunidades de formação tecnológica; (iv) estabelecer parcerias com empresas do setor de TIC para garantir a atualização constante dos conteúdos oferecidos e a criação de oportunidades de estágio e emprego para os jovens capacitados; e (v) fomentar a criação de startups e projetos de inovação tecnológica entre os participantes do programa.

Autor: Marcos Tavares (PDT/RJ)

Relator: Duda Ramos (MDB/RR)

Parecer: Pela aprovação, com substitutivo.

CCTI - COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO / Anexo II, Plenário 13, 10h00

REQ 29/2025 - Requer a realização de Audiência Pública na Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação para debater os desafios e oportunidades dos data centers e a criação da Política Nacional para Processamento e Armazenamento Digitais com o [PL nº 1.680/2025](#). Item nº 1.

Convidados:

1º Audiência Pública:

- Representante da Casa Civil;
- Representante do Ministério das Comunicações;
- Representante da Associação Brasileira de Datacenters (ABDC);
- Representante do Google Cloud;
- Jorge Arbache, Prof. de Economia da Universidade de Brasília;
- Representante da Associação Brasileira de Provedores de Internet e Telecomunicações (ABRINT); e
- Associação Brasileira de Empresas de Software (ABES).

2º Audiência Pública:

- Representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC);
- Representante do Ministério da Fazenda;
- Representante do Ministério de Minas e Energia (MME);
- Representante do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA);
- Representante da Scala Data Centers;
- Representante da DataPrivacy Brasil; e
- Representante do Comitê Gestor de Internet no Brasil (CGI)

Autor: David Soares (UNIÃO/SP)

REQ 30/2025 - Solicita realização de Audiência Pública para discussão do tema: “Inteligência Artificial no campo e COP30: tecnologias brasileiras para a sustentabilidade e segurança alimentar”. Item nº 2.

Convidados:

- Representante da Embrapa;
- Representante da Confederação Nacional da Indústria (CNI);
- Representante do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA);
- Representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI);
- Representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA);
- Representante da OpenIA – empresa norte-americana de pesquisa e desenvolvimento em inteligência artificial (IA); e
- Representante da Solinftec – empresa brasileira de destaque internacional em inteligência artificial para o agronegócio, com forte atuação em soluções sustentáveis de monitoramento e automação no campo.

Autor: Vitor Lippi (PSDB/SP)

REQ 31/2025 - Requer inclusão de convidado em audiência pública no âmbito da Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação para debater os desafios e oportunidades dos data centers e a criação da Política Nacional para Processamento e Armazenamento Digitais com o PL nº 1.680/2025. Item nº 3.

Convidado:

- Representante da Brasscom – Associação das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação e de Tecnologias Digitais.

Autor: Vitor Lippi (PSDB/SP)

REQ 32/2025 - Requer a realização de audiência pública para discutir mecanismos de fortalecimento das Agências Reguladoras. Item nº 4.

Convidados:

- Agência Nacional de Águas (ANA);
- Agência Nacional de Aviação Civil (Anac);
- Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel);
- Agência Nacional de Mineração (ANM);
- Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP);
- Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS);
- Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel);
- Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq);
- Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT); e
- Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Autor: Arnaldo Jardim (CIDADANIA/SP)

REQ 36/2025 - Requer o aditamento do REQ 29/2025 CCTI para inclusão de convidado em audiência pública. Item nº 7. Explicação: visa debater os desafios e oportunidades dos *data centers* e a criação da Política Nacional para Processamento e Armazenamento Digitais com o [PL 1680/2025](#).

Convidado:

- Representante da Associação de Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação e de Serviços Digitais (NEO)

Autor: Julio Cesar Ribeiro (REPUBLICANOS/DF)

PL 3983/2019 - Altera a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, para prever o reconhecimento de atributos de representação em certificado digital. Item nº 8.

Explicação: Estabelece que o sistema que exija ou aceite a certificação digital no padrão ICP-Brasil deve reconhecer, ao menos, os certificados de atributos de representação, bem como de assistência e representação de incapazes, desde que emitidos nos mesmos padrões estabelecidos pelo Comitê Gestor da ICP-Brasil.

Autor: Irajá (PSD/TO)

Relator: Julio Cesar Ribeiro (REPUBLICANOS/DF)

Parecer: Pela aprovação.

PL 469/2024 - Acrescenta o art. 9º-A à Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet), para proibir que provedores de conexão de internet institua cobrança direcionada aos provedores de aplicações de internet por geração de tráfego de dados. Item nº 9.

Explicação: Veda provedores de conexão de internet a instituição de cobrança por tráfego gerado por provedores de aplicações de internet.

Autor: David Soares (UNIÃO/SP)

Relator: Fausto Pinato (PP/SP)

Parecer: Pela aprovação deste, com emenda, e pela rejeição das Emendas de nºs 1/2025, 2/2025 e 3/2025 apresentadas ao projeto na comissão e da Emenda nº 1/2024 adotada pela comissão de Comunicação (CCOM).

CFT - COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO / Anexo II, Plenário 04, 11h00

REQ 49/2025 - Requer o Aditamento ao Requerimento nº 42/2025, de minha autoria, para inclusão de palestrantes na audiência pública. Item nº 1.

Explicação: Visa debater sobre as medidas de fiscalização e repressão à atuação de empresas de apostas online (bets) e à participação de instituições financeiras e de pagamento nas operações do mercado ilegal de jogos e apostas.

Convidado:

- Representante da Associação Nacional de Jogos e Loterias (ANJL).

Autor: Ricardo Abrão (UNIÃO/RJ)

REQ 52/2025 - Solicita, nos termos do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de Audiência Pública para discussão do Projeto de Lei nº 581, de 2019, que altera a Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000. Item nº 3.

Explicação: O projeto dá tratamento equitativo entre as parcelas do lucro apropriado pelo capitalista e pelo trabalhador, aplicando à participação dos lucros dos trabalhadores a mesma distribuição de lucros e dividendos dada aos sócios e acionistas.

Convidados:

- Valmir Camilo, Presidente da Associação Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil (ANABB);
- Vicente Cândido, Consultor Jurídico da Associação Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil (ANABB);
- Moisés Selerges Júnior, Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC;
- Sérgio Nobre, Presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT);
- Representante do Ministério da Fazenda;
- Miguel Torres, Presidente da Força Sindical.

Autor: Laura Carneiro (PSD/RJ)

REQ 55/2025 - Requer a realização de audiência pública sobre o Projeto de Lei nº 3.203, de 2021, que dispõe sobre o plano de redução gradual de incentivos e benefícios federais de natureza tributária. Item nº 4.

Explicação: O projeto dispõe sobre o plano de redução gradual de incentivos e benefícios federais de natureza tributária e o encerramento de benefícios fiscais.

Convidados:

- Dario Durigan, Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda;
- Robinson Sakiyama Barreirinhas, Secretário Especial da Receita Federal do Brasil;
- José Jorge do Nascimento Junior, Presidente Executivo da Associação Nacional de Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos (ELETROS).

Autor: Sidney Leite (PSD/AM)

REQ 58/2025 - Requer a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Finanças e Tributação para discussão da política federal de concessão de isenções fiscais, subsídios financeiros, benefícios creditícios e renúncias tributárias. Item nº 5.

Convidados:

- Dario Carnevalli Durigan, secretário-executivo do Ministério da Fazenda;
- Robinson Sakiyama Barreirinhas, secretário da Receita Federal do Brasil;
- Representante do Tribunal de Contas da União (TCU);
- Representante da Secretaria de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos;
- Representante da Confederação do Nacional da Indústria (CNI); e
- Representante da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC).

Autor: Ricardo Abrão (UNIÃO/RJ)

REQ 59/2025 - Requer a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Finanças e Tributação para discussão da política federal de concessão de isenções fiscais, subsídios financeiros, benefícios creditícios e renúncias tributárias. Item nº 6.

Convidados:

- Rogério Ceron, Secretário do Tesouro Nacional;

- Manoel Carlos de Castro Pires, pesquisador associado no FGV IBRE;
 - Selene Peres Nunes, ex-secretária de estado de Economia do Estado de Goiás e Auditora Federal de Finanças e Controle aposentada;
 - Élide Graziane Pinto, procuradora do Ministério Público de Contas do Estado de São Paulo.
- Autor: Ricardo Abrão (UNIÃO/RJ)

SENADO FEDERAL

Terça-feira (15/07)

CRE - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, 10h00

Audiência Pública - **Tema:** Debater a estratégia do Brasil diante da recente tarifa de importação imposta pelo Governo do Estados Unidos - Donald Trump

Convidados:

- Representante do Ministério das Relações Exteriores (MRE);
- Representante do Ministério do Desenvolvimento, Comércio, Indústria e Serviços (MDIC);
- Representante do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA);
- Representante da Confederação Nacional da Indústria (CNI); e
- Representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).